



Protesto contra perseguição sindical

Trabalhadores dos call centers manifestaram-se em Lisboa. Dizem que a Autoridade para as Condições do Trabalho não tem atuado

PRECARIEDADE Os trabalhadores de call centers estiveram, ontem à tarde, em Lisboa, em protesto contra a precariedade, perseguição sindical e despedimentos ilegais num setor que já emprega cerca de 100 mil pessoas em Portugal.

A concentração foi marcada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Call Center, à porta da Randstad, empresa de recrutamento que, dizem, “despediu ou suspendeu todos os delegados e dirigentes sindicais” que trabalhavam na Concentrix de Braga. A empresa alega que houve “violação do dever de

confidencialidade”. A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) foi criticada. “Eles podem esforçar-se muito, mas já fizemos alguma denúncias. Não foi feita uma investigação como devia de ser. As respostas vem muitas vezes tarde e, em algumas situações, os trabalhadores já nem estão na empresa. A ACT não tem capacidade de resposta”, afirmou Danilo Moreira, presidente do Sindicato.

Um estudo de 2018 da Associação Portuguesa de Contact Centers (APCC), que incidiu sobre 143 empresas onde trabalham qua-

se 40% dos trabalhadores, dá conta que, nesse ano, apenas 7% dos colaboradores estavam em situação de trabalho temporário e 3% a recibos verdes. Por outro lado, a percentagem de colaboradores com contrato sem termo passou de 32%, em 2017, para 49%, no ano seguinte.

Há dois anos, a remuneração média mensal era de 796 euros para operadores e de 1045 euros para supervisores. No entanto, 78% do modelo de negócio já assentava no regime de subcontratação. ●

SANDRA FREITAS E DIANA GARCIA



REPORTAGEM



Freddy Fernandez foi suspenso e não sabe as razões

“Há muitas pessoas humilhadas e desvalorizadas”

Freddy Fernandez foi suspenso e não conhece os motivos oficiais

Contratado há cinco anos pela Randstad, para trabalhar na Concentrix em Braga, foi suspenso a 20 de dezembro, sem conhecer as razões. O trabalhador de 40 anos é imigrante espanhol e veio à procura de emprego. “Enviaram-me uma carta a dizer que estava suspenso, mas sem justificar o porquê”, revelou Freddy Fernandez. “Aparentemente, violeio o contrato de confidencialidade, mas não quebrei”, acrescenta. O trabalhador entregou, a 7 de janeiro, uma queixa na Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), esperando que o processo termine o mais rápido possível

e seja reintegrado na empresa. Os casos de assédio e precariedade são cada vez mais recorrentes. “Vejo muitas situações de assédio e maus-tratos a trabalhadores. As normas e as leis não são cumpridas. A vida precária nos call centers é um inferno. Há muitas pessoas humilhadas e desvalorizadas”, disse. Atualmente está à espera de receber a nota com as acusações oficiais. Por agora, resta-lhe esperar. Freddy Fernandez diz que não vai desistir e vai continuar a luta por melhores condições de trabalho nos call centers. ●

DIANA GARCIA



Ângela Lima foi impedida de entrar na Concentrix

“Ligaram-me para dizer que não podia ir trabalhar”

Ângela Lima foi suspensa, ironicamente, por telefone, quando estava de folga

Há nove anos e meio que Ângela Lima trabalha em Braga, na Concentrix. Foi suspensa a 21 de dezembro, dia em que foi impedida de entrar no local de trabalho, após receber chamada informal, para ser informada de que estava suspensa. “A minha suspensão da Randstad não cumpriu os procedimentos legais. Eles tinham de me enviar uma carta registada. O que fizeram foi ligar-me, no meu dia de folga, para me dizerem que eu não podia ir trabalhar no dia seguinte e que estava suspensa”, disse. “No dia seguinte, apresentei-me ao trabalho e o segurança tinha as fotos de

três sindicalistas, para nos impedir a entrada. Para não ter faltas injustificadas, chamei a Polícia para registar a situação”, sublinhou. Após uns dias, Ângela recebeu a carta da suspensão em casa, mas não tem ainda a nota de culpa, com as razões pelas quais não pode ir trabalhar. “Dizem que quebrei o contrato de sigilo e divulguei o nome de um cliente. Mas em 2015 o CEO da empresa disse na Comunicação Social qual era o cliente”, contou. Ângela Lima já fez uma queixa na ACT, mas por agora resta-lhe esperar pela nota de culpa. ●



Nuno Geraldês denunciou caso de agressão a colega

“Eles foram os advogados, o júri e os juízes”

Nuno Geraldês recebeu proposta para deixar sindicato. Agora vai para tribunal

Nuno Geraldês foi contratado pela Randstad há nove anos e, após fazer uma denúncia da agressão a uma colega dentro da empresa, foi despedido por justa causa, como foi noticiado pelo JN na edição de 24 de dezembro do ano passado. O trabalhador seguiu com o processo para tribunal e está há espera de uma resolução. Após fazer a queixa, o trabalhador recebeu uma proposta, para si e para a sua companheira, ambos dirigentes sindicalistas. “Recebi uma proposta de 35 mil euros para mim, e 25 mil euros para ela, para abandonarmos a atividade sindical. Como não aceitei, optaram

por abrir um processo disciplinar, por violação da confidencialidade, que é uma coisa totalmente abstrata. Acusaram-me de dizer coisas que não disse”, revelou. O processo de Nuno demorou mais que os três meses previstos na lei. “No início de dezembro, fui despedido por justa causa pela empresa, num processo em que eles foram os advogados, o júri e os juízes”, acrescentou. O processo entrou em janeiro no tribunal. “Vamos ter a nossa resposta jurídica e contestar da decisão da empresa. Exijo a reintegração”, afirmou Nuno Geraldês. ●

SNEZINA TVEIC/OYEBER GORBUNCEV